

7 – ESPAÇOS URBANOS E CONVIVÊNCIA

7.1. – A dimensão urbana

7.2. -- Sociabilidades urbanas

7.3. – Espaços urbanos e proximidades

7.4. – Diversidade urbana e urbanidade

“Onde é que vós habitais? Numa cidade? Numa metrópole? Numa cidade nova? Num aglomerado? Num subúrbio? Numa cidade importante? Num burgo? Numa aldeia? Numa aldeola? Num município? Num lugar de nome conhecido?” J-L. Chiflet

Lugar da existência de mais da metade da população mundial, o espaço urbano é um espaço que, pela sua diversidade e pelas oportunidades que oferece aos cidadãos, se basta a si próprio. É a arena onde se organiza o essencial da vida dos habitantes e onde se entrelaça a maior parte das suas relações interpessoais. *“A cidade está hoje por toda a parte, impregna as condições da existência, as maneiras de viver e as mentalidades”* (Grafmeyer, 1994, p. 5).

7.1 A dimensão urbana

O espaço urbano é um espaço que se apresenta cada vez mais desestruturado, à medida que se estende. As transformações da cidade em aglomeração não são apenas sensíveis a nível da estrutura edificada, mas também ao das práticas dos habitantes.

A cidade, um conjunto estruturado com um centro de atração e uma história própria, seria o oposto às grandes aglomerações compostas de habitantes heteróclitos, adicionados uns aos outros sem estrutura. Nos nossos dias, a oposição “cidade-campo” está em vias de desaparecer em benefício da noção de aglomeração, que inclui cidade e periferia (centro e subúrbios próximos e distantes). Assiste-se a um aumento do tecido urbano e, concomitantemente, a um fenómeno de desintegração sociológica em avanço progressivo. Por isso, a distinção essencial entre cidade e aglomeração estaria no grau de estruturação da composição urbana. Proshansky define a cidade como “um vasto conjunto de pessoas e atividades concentradas num determinado lugar geográfico, destinado a tornar possíveis as dimensões da vida humana, que representam uma sociedade organizada”. Ela é um “todo” que possui uma estrutura própria e não se reduz a uma soma de elementos. Segundo Lefebvre (1970), a cidade tem três funções essenciais que a distinguem de aglomerações pouco estruturadas: (1) uma função informativa: a cidade é uma fonte perene de informações, a rua é importante, interessa às pessoas como emissora de notícias; e a vida urbana é tanto mais completa quanto mais é fonte de informações incessantemente renovadas; (2) uma função simbólica: a arquitetura, os monumentos e o tecido urbano formam uma totalidade social e cultural que possui a sua própria

história; e (3) uma função lúdica: jogos de informação e outros jogos de ocasião, de azar e de espetáculo dramático.

Esta concepção associa a perspectiva ecológica (cf. especialmente Schnore, 1961) que define a cidade pelos seus atributos: tamanho, densidade e heterogeneidade. A presença de um número elevado de pessoas diferentes num espaço restrito, isto é, a densidade e a heterogeneidade, é com frequência considerada como a característica essencial das grandes cidades (Sadella e Stea, 1978).

A cidade é uma instituição secundária criada pelo homem que, segundo o seu impacto no indivíduo, reforça ou enfraquece os vários valores da civilização. O ambiente urbano, imaginado e construído pelo indivíduo, é um produto utilitário do homem. Os arquitetos e os urbanistas dedicam-se a conceber ambientes e a dar feição aos espaços, a fim de facilitar certos comportamentos e permitir ao indivíduo ali se expandir. É possível distinguir um certo número de funções da cidade:

- (1) física: as estruturas edificadas compartimentam o espaço (transportes, vias, habitat, centros comerciais, fábricas) e, por conseguinte, compartimentam também, de forma diferenciada, os usuários desses vários espaços;
- (2) funcional: cada edificação tem uma função específica. Cada estrutura urbana pode ser analisada em termos do cumprimento da (ou das) função (funções) a qual (ou às quais) está destinada;
- (3) cognitiva: o ambiente edificado fornece quadros e guias para os desempenhos individuais. Além disso, cada construção é portadora de significações simbólicas. O ambiente construído é uma forma de comunicação não verbal que o indivíduo há de decifrar (Rapoport, 1977);
- (4) afetiva: todo ambiente desperta emoções. Ele é percebido e avaliado em função dos valores pessoais e das normas culturais. Algumas emoções e sentimentos são suscitados pela natureza do ambiente construído, podendo ele assim causar um sentimento de segurança e de proteção ou, ao contrário, tornar o indivíduo inseguro;
- (5) social: capacidade do ambiente de corresponder às necessidades específicas do indivíduo em interação com outros. Permitirá esta construção o tipo de interação para a qual foi concebida?

Zeisel (1975, 1981) dedicou-se a identificar as necessidades do indivíduo em relação ao ambiente construído, necessidades supostamente concernentes a todas as dimensões ambientais, ou seja, tanto de micronível (habitat individual), de nível intermediário (bairro, arranjo de conjuntos residenciais), como de macronível (novas cidades). É possível assim identificar cinco necessidades:

- (1) Necessidade de segurança: a necessidade de se sentir seguro no habitat, como na cidade, é uma exigência prioritária da maioria dos indivíduos;
- (2) Necessidade de clareza e legibilidade: o ambiente tem de ser legível para os indivíduos, de modo que eles possam facilmente deslocar-se no ambiente em questão. Um ambiente pouco legível dificulta os deslocamentos;
- (3) Necessidade de privacidade/necessidade de interações sociais: os indivíduos aspiram a regular a natureza e a quantidade de contatos com os

outros (Altman, 1975). O ambiente construído deve tornar possível o isolamento e a concentração em si. Um ambiente deve, em alguns dos seus aspetos, favorecer também as interações sociais. Sommer (1969) distingue os ambientes sóciopetais (que favorecem as interações) dos ambientes sóciofugais (que permitem o isolamento dos indivíduos), qualidades possíveis de identificar em ambientes construídos em todas as escalas;

- (4) Necessidade de harmonia: o ambiente deve facilitar o cumprimento de tarefas para as quais ele foi concebido (habitação, circulação, trabalho, lazer, sistema de transporte, etc.) A necessidade de harmonia diz respeito à adequação do ambiente às suas funções de base;
- (5) Necessidade de identidade: a necessidade de identidade refere-se à relação do indivíduo com o ambiente. A identificação com certos lugares constitui uma parte da identidade do indivíduo. De modo geral, o indivíduo prefere espaços que lhe permitam envolver-se emocional e simbolicamente, sejam eles espaços privados ou públicos (Proshansky, 1978; Stokols & Shumaker, 1980).

O olhar do psicólogo ambiental terá por objeto diferentes elementos do ambiente em diversas escalas, para saber se o edificado em questão satisfaz a totalidade das necessidades dos usuários. Se isso é, quase sempre, fácil, quando se trata do habitat individual, onde o indivíduo pode modificar o ambiente até certos limites, não é o mesmo caso tratando-se de ambientes coletivos. Se os arquitetos e urbanistas tentam, em sua maioria, dar importância a essas diversas necessidades, o fato de construir e ordenar para um amplo público é coisa complexa. Na realidade, nas nossas sociedades, o arquiteto não constrói para ele, mas para um cliente pagador (o dono da obra) que não será, também ele, o utilizador. É especialmente o caso de todas as instalações coletivas. Os utilizadores são, em geral, pouco conhecidos dos arquitetos que são quem supostamente constroem as instalações, ao fim e ao cabo aos utilizadores destinadas. Daí resulta não raro que certas instalações não correspondam necessariamente às necessidades daqueles para quem elas foram construídas.

7.1.1 A descrição do urbano

O objetivo da descrição do ambiente urbano é o de fazer compreender um conjunto de percepções e comportamentos ligados ao fato de viver na cidade. Quais são as utilizações das oportunidades e facilidades urbanas (lazer, compras)? Quais são os comportamentos interpessoais em meio urbano em geral, ou em certas zonas ou bairros? Como explicar o desejo de mudar de casa, de deixar a cidade ou de ficar? Qual é a satisfação ligada à cidade, ao bairro e ao fato de nele habitar (satisfação residencial), e quais são os comportamentos possíveis que dele podem derivar?

As cidades são percebidas com muitas diferenças umas das outras. Essa percepção é devida às diferentes exigências das pessoas interrogadas. Poder-se-á então classificar as cidades segundo certas qualidades intrínsecas e/ou aparentes? Duas abordagens podem ser adotadas, uma apoiada no ambiente físico, outra consistente em evidenciar a experiência de vida do cidadão. Poder-se-á assim, tanto (1) estudar o ambiente físico, isto é, enumerar dados objetivos pertinentes à classificação e cotejo das cidades umas em relação a outras, como (2) interessar-se pela percepção do ambiente,

isto é, recolher os julgamentos expressos sobre diversas cidades, sondando os habitantes.

Esta distinção é, não obstante, artificial, na medida em que as percepções e comportamentos dos indivíduos não podem ser compreendidos senão em referência ao sistema indivíduo-ambiente. Existem, além disso, níveis diversos de descrição relativos ao comportamento do indivíduo no contexto urbano: a descrição física, a descrição sociocultural e a descrição subjetiva e pessoal.

7.1.1.1 As abordagens objetivas (descrições físicas)

Thorndike (1939; 1940) propõe uma classificação das cidades, segundo as possibilidades e facilidades que apresentam aos seus habitantes. Por facilidades se entendem: as oportunidades escolares e de educação, a saúde, as oportunidades de lazer, o domínio cultural. Está confirmado que um quarto das variações entre diferentes cidades é devido à oferta do sistema de saúde. Além disso, 40% das diferenças podem ser atribuídas à natureza dos habitantes (frequentação das bibliotecas e museus, proporção de diplomados).

Outro tipo de abordagem refere-se aos índices econômicos. É assim que se pode definir as cidades pela variação comparada a um índice econômico médio. Desse modo, algumas cidades são caracterizadas pela sua atividade econômica dominante (turística, industrial, comercial, universitária ou diversidade). Essas classificações são todas unidimensionais e estão baseadas em qualidades objetivas. É possível pensar que as cidades se diferenciam também, e antes de tudo, por qualidades mais sutis e latentes, dando conta da complexidade da vida urbana e da qualidade de vida que elas oferecem aos seus residentes.

7.1.1.2 Abordagens subjetivas (percepção e avaliação urbana)

Esta abordagem baseia-se na referência aos juízos da população para construir, desse modo, um índice da qualidade de vida de uma cidade (Campbell, Converse e Rogers, 1976). Milgram (1970) recolheu, por meio da imprensa, dados emblemáticos, que podem ilustrar as particularidades de New York, Paris e Londres. New York é essencialmente caracterizada pelos seus atributos físicos: sua diversidade, seu tamanho, seu ritmo de vida e oportunidades culturais que oferece. Alguns respondentes falam também da diversidade da população e do respectivo isolamento das várias comunidades urbanas. Londres é, antes de tudo, caracterizada pela tolerância e pela cortesia das relações entre os habitantes. Paris é objeto de avaliações que incidem tanto em seu aspecto arquitetural, como na qualidade dos seus habitantes: os parisienses são tidos por frios, agressivos e mesmo hostis. Outros mencionam os cafés, os parques e os jardins que ilustram o atrativo da cidade.

Há estudos que se dedicaram à relação entre os indicadores objetivos e os indicadores subjetivos da qualidade de vida. Constatou-se que o juízo das populações interessadas não apresenta senão uma baixíssima correlação com os indicadores objetivos (Schneider, 1975). Essa falta de relação pode ser devido (1) aos conhecimentos muito pessoais que a população tem da cidade, e (2) a diferenças

interindividuais a serem consideradas na avaliação. Em poucas palavras, a avaliação não reflete, de modo algum, a qualidade da infraestrutura avaliada.

A avaliação do ambiente urbano usou de metodologias originais. Dois geógrafos, Lowenthal e Riel (1972) põem em marcha diversas categorias de sujeitos (escoteiros, enfermeiros, arquitetos, idosos), com trajetos definidos, em quatro cidades americanas. Eles devem, a seguir, descrever as suas impressões sobre as cidades. Uma análise fatorial dos dados permitiu evidenciar quatro fatores: um aspeto avaliador do ambiente (belo, rico); a existência de atividade (animada, barulhenta); a orientação espacial do edificado (horizontal, aberto); e o aspeto descritivo (uniforme, denso).

Moos (1976), por sua parte, contribui para avaliar o clima social de algumas instituições, tais como prisões, dormitórios de estudantes, centros de atendimento a pessoas idosas. Tais métodos podem ser utilmente aplicados ao ambiente urbano. Os indivíduos descrevem a sua cidade, mais a partir da relação que têm com ela do que das suas qualidades objetivas.

Outros estudos analisam mais especificamente a qualidade de vida e satisfação dos cidadãos em relação à cidade. Os cidadãos parecem menos satisfeitos e otimistas com a vida do que os rurais (Hynson, em Krupat, 1985). Um estudo de Krupat, Guild e Miller (em: Krupat, 1985) tenta descobrir as características da vida em grandes cidades, comparando-as com cidades pequenas. Fazem com que os sujeitos escolham, entre um conjunto de qualificativos positivos e negativos, os que caracterizam melhor as grandes cidades e, depois, os qualificativos que caracterizam as cidades médias. As grandes cidades são vistas como culturalmente diversificadas, abertas à livre escolha do tipo ou estilo de vida, liberais, sobrepovoadas, barulhentas, de exacerbada competição, anônimas, causadoras de isolamento, impessoais e favorecedoras da desconfiança. Ao invés, as pequenas cidades são vistas como calmas, seguras, saudáveis, íntimas, relaxantes, mas as pessoas são demasiado afetadas pelo que fazem os vizinhos e não gostam de estranhos.

Krupat e Guild (1980) ressaltam três categorias bipolares que diferenciam uma metrópole de uma cidade média e de uma cidade pequena: a população, a atmosfera e a característica dos habitantes. Só a segunda dimensão, a atmosfera, parece ser rica em qualificativos, tanto positivos como negativos, acerca dos quais só três quartos dos indivíduos concordam. A primeira dimensão distingue claramente as características das metrópoles das características das pequenas cidades. A totalidade dessas características pode ser resumida em seis dimensões que diferenciam metrópoles e pequenas cidades: (1) calor e sentimento de proximidade (estes itens refletem o sentimento de segurança e apoio que um ambiente pode proporcionar); (2) atividade e diversão; (3) alienação e isolamento; (4) “o divertir-se socialmente” agrupa alguns itens que caracterizam a população; (5) privacidade; e (6) “não ser afetado pelos outros”.

Quando se faz com que habitantes do centro da cidade, da periferia e do subúrbio, descrevam as características da vizinhança, constata-se que a calma não é o apanágio da periferia e do subúrbio, mas figura também como uma característica do centro da cidade. É a proximidade dos comerciantes o que mais atrai; ao contrário, as pessoas são vistas como mais amigáveis na periferia e no subúrbio. São estes os aspectos negativos apontados ao centro da cidade, aspectos que o diferenciam dos bairros periféricos: a circulação, o barulho, os maus cheiros e a presença de residentes considerados indesejáveis.

7.1.1.3 Abordagem subjetiva contra abordagem objetiva

Os adeptos da abordagem objetiva (Wicker, 1979; Wirth, 1938) afirmam que as formas urbanas determinam diretamente o comportamento, fornecendo o contexto para a ação. Atribuem assim um papel predeterminante às coações urbanas como explicação dos comportamentos observados.

Os adeptos da abordagem avaliativa (Craik, 1971; Rapoport, 1977) sustentam que, na medida em que o psicólogo ambiental se interessa pelos comportamentos dos indivíduos, as suas percepções, cognições e avaliações são determinantes. Cada indivíduo tem informações e percepções do ambiente que lhe são próprias. E, levando em conta que o tratamento dessas informações também é individual e pessoal, o comportamento do indivíduo é mediatizado pela cognição ambiental. Indicadores subjetivos, como o clima social, podem ser medidos e isso permite levar em consideração interações e transações entre o sujeito e o ambiente em questão.

7.1.1.4 A percepção da cidade

Como é que os cidadãos têm a percepção da sua cidade? Que imagem é a que eles têm da vida cidadina? A representação e uso das pequenas e grandes cidade diferem segundo o tamanho do aglomerado. Sendo assim, Wright (1967) compara as representações da cidade, servindo-se de um jogo de construção infantil, com lugarejos e pequenas cidades (respectivamente 600 e 30.000 habitantes). As crianças dos lugarejos têm um conhecimento mais amplo e diferenciado do seu ambiente do que as crianças das pequenas cidades, provavelmente porque as cidades oferecem mais recursos que são utilizados menos frequentemente e por menos tempo. As crianças das grandes cidades saem do bairro mais vezes que os outros, frequentam muito os centros comerciais, mas raramente os locais culturais ou sociais (clubes, locais esportivos). Enfim, dirigem-se mais frequentemente aos locais reservados às crianças e menos aos locais reservados aos adultos. É manifesto que as condições ambientais determinam um estilo de vida que, por sua vez, influi na qualidade e na natureza das representações ambientais (Lévy-Leboyer, 1980).

Frank (1980) mostra que estudantes recém-chegados a uma grande cidade dizem-se mais tensos do que os que chegam a uma pequena cidade universitária. Entretanto, no que se refere à percepção, constata-se que os cidadãos se queixam mais dos danos do seu ambiente físico (poluição, barulho, densidade), do que do ambiente social (pessoas indigentes, mendigos, alcoólatras, indivíduos sujos, etc.). Mas não convém esquecer que os cidadãos estão quase unanimemente prontos a sacrificar o ambiente à sua carreira, uma carreira que se desenrola mais nos grandes centros urbanos que no meio rural. Essa preocupação é mais forte nas mulheres que nos homens (Lévy-Leboyer e Veyssièrre, 1978).

Num estudo sobre a satisfação em meio urbano, Wohlwill e Kohn (1976) constataam que a percepção do ambiente como estressante depende do esforço de adaptação que representa a chegada a uma grande cidade. Assim, indivíduos a quem se pede que avaliem a densidade e o sentimento de segurança numa cidade, têm opiniões mais ou menos negativas, segundo venham de outra grande cidade ou de uma região rural. Mais em particular, a avaliação das condições urbanas é função de três parâmetros: o tempo de residência, a necessidade de estimulação e o estatuto

socioeconômico. A estes três aspetos deve juntar-se uma dimensão psicológica, como mostram os resultados de uma sondagem sobre o mal-estar devido aos barulhos, efetuada em alojamento extremamente ruidoso da região de Paris. Mecanismos cognitivos de compensação (a mudança de casa na região parisiense significa uma possibilidade aumentada de encontrar trabalho ou acompanha uma promoção social), assim como as expetativas referentes à vida na cidade (a região parisiense é ruidosa, portanto é normal que haja barulho), explicam, em boa parte, que os habitantes expressem sem muita força o seu mal-estar (Lévy-Leboyer e Moser, 1976).

De modo geral, a percepção do ambiente urbano está fortemente estereotipada. Uma pesquisa sobre a representação do espaço urbano (Moser e Lidvan, 1988) mostra que um bairro conhecido, claro e luminoso, avenidas largas e desimpedidas, e ruas limpas e bem cuidadas, são elementos que levam a considerar o ambiente como agradável e acolhedor. Dois conjuntos de características contrastantes também podem ser consideradas mais ou menos agradáveis e dar vontade de ali ficar: uma avenida calma e silenciosa, eventualmente “monótona”, e, em contraste, uma rua com imóveis variados, onde a animação, a multidão e o barulho são tidos por calorosos. Em oposição a este polo agradável e acolhedor, encontra-se a descrição de ruelas estreitas, sombrias e sem visibilidade, bairros desertos, todos os ambientes desconcertantes, assim como imóveis com painéis selvagens e grafitis, os ambientes nada familiares ao indivíduo; são considerados interessantes, mas não necessariamente acolhedores. O papel que tem a presença de painéis selvagens e de grafites na percepção do ambiente, particularmente no que se refere à insegurança, tem sido frequentemente sublinhado na literatura. Esse aspecto remete claramente à incivilidade, ao declínio da ordem social cuja ligação ao sentimento de insegurança foi muitas vezes demonstrado (Hunter, 1978), tanto a nível perceptivo (Lavrakas, 1982) como comportamental, pelo fato de os indivíduos tenderem a evitar essas zonas urbanas (Wilson e Kelling, 1982). De resto, essa degradação corresponde frequentemente a um ambiente antigo (Roncek, 1981), portanto com ruelas estreitas, sombrias e tortuosas, e pouca visibilidade.

7.1.2 Os modelos do urbano

Para Fisher (1976), o termo “cidade” é uma denominação que permite distinguir entre uma grande concentração de indivíduos elevada ou não. Wirth, em 1938, comparou a grande cidade com o ambiente rural e observou que neste as relações eram calorosas. A cidade, para este autor, é essencialmente caracterizada por uma desorganização social e individual. Já em 1903, G. Simmel traçava um perfil psicológico típico do urbano que tem por característica fundamental todas as suas relações com os outros na distância e na alteridade. Também os psicossociólogos da Escola de Chicago sustentaram que os habitantes das grandes cidades não podem adotar senão uma mentalidade individualista, buscar insistentemente a liberdade e evitar todos os constrangimentos coletivos de modo a preservar-se das estimulações incessantes de que eles são objeto. É assim que o urbano reivindica “um direito à desconfiança” ou o direito de guardar as suas distâncias e o direito de se retrair. Numa grande cidade, a frequência das solicitações vindas de outros seria tão importante que acarretaria o estabelecimento no indivíduo de uma norma de não-intervenção indispensável à sustentação da sua própria integridade (Milgram, 1970). Como temos

visto nos capítulos precedentes, todos os investigadores são unânimes em mostrar que as condições de vida urbana em sua totalidade provocariam no indivíduo um certo número de comportamentos específicos de concentração em si (Moser, 1992a) e de incividades (Moser e Corroyer, 2002).

Para Fisher (1984), o número elevado de habitantes é sinônimo de possibilidades e oportunidades de relações. Lofland (1973), pelo contrário, considera que o cidadão está rodeado de estranhos e que essa superpopulação encoraja ao anonimato. Finalmente, Barker e os seus colegas (Barker e Gump, 1964; Barker e Wright, 1955) sustentam que a cidade aumenta o número de locais comportamentais e o número de pessoas suscetíveis de utilizar as oportunidades que lhe estão associadas. Cinco abordagens tentam explicar particularidades da vida urbana: os modelos da ecologia urbana e a referência às subculturas urbanas, o modelo de sobrecarga ambiental, a referência ao mundo estranho, o “behavior setting” e a abordagem composicional.

7.1.2.1 O modelo da ecologia urbana e a emergência de subculturas

Os ecólogos urbanos consideram a cidade como um sistema onde os habitantes competem pelo acesso a recursos econômicos e sociais limitados. Em outros termos, o indivíduo está condenado a adaptar-se, a fim de sobreviver (Wirth, 1938). Wirth define a cidade, partindo de três características: tamanho, densidade e heterogeneidade de população, que trazem como consequência o tornar a vida urbana caótica. Na medida em que não houvesse mais comunidades, vizinhança e entreajuda, a ordem moral desabaria. A competição, a indiferença e a exploração geral seriam as consequências. O caos seria acompanhado da segmentação das relações humanas, e as relações interpessoais tornar-se-iam superficiais, anônimas e transitórias. Acompanhada de uma distância social elevada, a proximidade física aumentaria o sentimento de solidão (o metrô seria disso o melhor resumo). Embora nas grandes cidades o indivíduo seja mais emancipado e livre do controle pessoal e emocional de outros grupos, essa emancipação caminha a par com uma desintegração individual por meio do desmoronamento da ordem e da moral social. Esta visão antiurbana da ecologia concebe o ambiente urbano como determinista e o indivíduo como forçado a adaptar-se, se quiser sobreviver. Mas ela não leva em conta as capacidades de adaptação do indivíduo a um ambiente constantemente em evolução e a sua possibilidade de adaptar o ambiente às suas próprias necessidades. É assim que Proshansky (1978) sustenta que a cidade torna os indivíduos hábeis na medida em que eles são levados a reencontrar uma variedade de pessoas e a enfrentar um conjunto de situações novas e variadas, às quais os cidadãos aprendem a fazer face com flexibilidade e adaptabilidade. Para Feedman (1975), a cidade produz efeitos, tanto positivos como negativos, em função das características de cada um: a densidade urbana intensificaria e amplificaria a resposta típica do indivíduo. Um indivíduo que tem a tendência a isolar-se, ficará ainda mais só, enquanto alguém sociável encontrará na cidade numerosas oportunidades de encontros.

Para Fischer (1984), a cidade é caracterizada pela sobreposição de grupos diferentes. Indivíduos com gostos e interesses diferentes têm mais ocasiões de encontrar pessoas que lhes são similares. É assim que se forma aquilo que ele chama subculturas urbanas. As cidades tornam-se mosaicos de pequenos mundos, definidos física, geograficamente e por afinidades. Existe uma massa crítica de população que

permite que pessoas de interesses diversos possam se juntar e formar grupo e construir oportunidades específicas; são justamente as grandes aglomerações que permitem que esses grupos se constituam.

7.1.2.2 O modelo da sobrecarga ambiental

Segundo Milgram (1970), os indivíduos resistem ativamente às coações urbanas. Estão atentos a determinados aspectos dos seus ambientes, abertos a certas pessoas, e, ao mesmo tempo, indiferentes a outras. Para Milgram, o tamanho do ambiente urbano acarreta uma variedade de ruídos, de cheiros e de estimulações visuais que obrigam as pessoas a adaptarem-se, de múltiplas maneiras, e a não serem passivas, como sugerem os ecólogos. Uma das modalidades de adaptação consiste em dedicar menos tempo aos outros em cada encontro. Na realidade, os cidadãos têm ar de andar sempre apressados. De fato, eles parecem funcionar no sentido de prioridades, discriminando entre pessoas e atividades mais importantes e deixando de lado tudo o que lhes parece acessório. Isso provoca uma clara divisão entre “amigos” e “estranhos”. E é assim também que os cidadãos desconectam o telefone para não serem incomodados em certos momentos.

Geller (1980; Geller, Cook, O'Connor e Low, 1982), fazem notar que os indivíduos têm também necessidade de estimulação, de complexidade, de novidade e de excitação. Sob este ponto de vista, para certas pessoas, a cidade, com suas oportunidades, é o lugar ideal. Para elas, a “subestimulação” rural é decerto uma situação pouco atrativa. Em outros termos, o ambiente é percebido e vivenciado de modos diferentes em função das necessidades fundamentais de cada um e a cidade é o ambiente que corresponde às necessidades de alguns.

7.1.2.3 A referência a um mundo de estranhos

No perímetro de um quarto de hora, a pé ou motorizado, o habitante de uma pequena cidade do interior cruza com várias dezenas de pessoas e conhece, pelo menos de vista, uma boa parte delas, enquanto, num perímetro igual de um grande aglomerado, são várias as centenas com quem o cidadão vai cruzar. As cidades estão, na realidade, cheias de estranhos. O cidadão dos nossos dias move-se, com facilidade, entre todos eles, tolera-os e surpreende-se, quando cruza com alguém que lhe é familiar. Mesmo os que o cidadão encontra todos os dias a caminho do trabalho ou na vizinhança, outra coisa não são senão estranhos familiares.

Para Lofland (1973), o número considerável de estranhos leva os cidadãos a compactuar com o anonimato. O anonimato tem dois aspetos: significa primeiro que o outro não está identificado, que não tem nome; em segundo lugar, que o próprio sujeito é anônimo para os outros. O primeiro aspecto implica que o cidadão desenvolve capacidades de percepção do outro a partir de algumas das características aparentes (aspecto exterior, traje e lugar onde o indivíduo se encontra). Essa percepção permite ao cidadão agir ou reagir em função de alguns sinais do estranho. No que se refere ao próprio anonimato, o indivíduo direciona a sua atenção a vários espaços urbanos, de modo a favorecer ou, ao contrário, impedir certas interações. De igual modo, em determinadas situações, ele direciona inteiramente o tipo de interação

e o nível adequado de intimidade. Em breves palavras, os cidadãos desenvolvem competências específicas, têm um número importante de conhecimentos e aprendem a viver com os estranhos, sabendo quando e como interagir e desenvolver relações, em graus diversos de intimidades.

7.1.2.4 As abordagens no sentido de “behavior setting”.

Barker (1968; Barker e Gump, 1964; Barker e Wright, 1955) considera a cidade como um quadro organizacional, com suas facilidades, seus recursos comportamentais e suas atividades. A sua análise tem por objetivo as atividades dos indivíduos e suas interações em diversos contextos. Como agregado de locais comportamentais, a cidade é organizada em função de um conjunto de pessoas, os cidadãos. Cada local comportamental necessita de um número máximo e de um número mínimo de indivíduos para funcionar. A multiplicação da população traz então consigo a necessidade de ampliar os quadros ou de formar novos quadros. Nas grandes cidades, as instituições estão, com frequência, superpovoadas; nas pequenas, subutilizadas. Elas não têm, portanto, a população necessária para o seu funcionamento. Numerosas pesquisas em organizações (empresas, hospitais) mostram que os indivíduos se comportam diferentemente, segundo a instituição esteja subutilizada, num nível ótimo de utilização, ou superlotada. No primeiro caso, os indivíduos responsabilizam-se e empreendem atividades importantes para o funcionamento, enquanto, nos quadros superlotados, os indivíduos estão satisfeitos, mas nem sempre podem envolver-se ativamente no funcionamento. Como um conjunto de locais comportamentais superpovoados, a cidade não permite aos cidadãos envolverem-se diretamente nas organizações. Assiste-se então a um declínio no desempenho dos serviços, a um sentimento maior de insegurança, a menos responsabilidade individual e a menos atenção aos demais.

7.1.2.5 A abordagem composicional

As várias abordagens apresentadas anteriormente têm em comum que todas se referem a modelos do impacto urbano sobre o comportamento. Elas analisam como as condições de vida urbana influem na vida dos cidadãos. Sendo assim, Milgram (1970) considera explicitamente que as diferenças entre cidadãos e habitantes de regiões rurais são devidas a diferenças ambientais e a características intrínsecas aos habitantes. Herbert Gans (1962) e Oscar Lewis (1965) veem as coisas exatamente de maneira oposta: consideram que as diferenças constatadas se devem a diferenças referentes a populações que habitam esses diversos ambientes. Em outros termos, as diferenças entre o modo de viver dos urbanos e dos rurais não seriam mais importantes que as diferenças entre grupos étnicos, raciais, classes sociais e etárias. Haveria assim uma autoseleção nas grandes cidades, uns indivíduos escolhendo habitar num grande centro urbano, preferindo outros a pequena cidade ou o campo. Assim, não seriam os habitantes o reflexo da cidade, mas as cidades, o reflexo dos seus habitantes.

Caso se controle as características socioeconômicas e demográficas, as diferenças entre os habitantes dos grandes centros urbanos e das suas periferias não serão significativas. Ktsanes e Reissmann (1959-60) fazem notar que os que mudam do

centro da cidade para o subúrbio, já são, nos seus valores e orientações, diferentes dos que não sonham em mudar. Os subúrbios não são os lugares onde é necessário adaptar-se a um novo estilo de vida; são apenas novos lugares de vida pelos valores de quem os habita. É verdade que populações diferentes estruturam os ambientes urbanos e dão uma identidade ao seu ambiente. Na França, por exemplo, Nice e Cannes são cidades de pessoas idosas. Mas o modo de vida urbano não pode ser compreendido e analisado senão integrando simultaneamente a função “indivíduo” e a função “ambiente”, isto é, adotando uma posição interacional ou transacional.

7.2. Sociabilidades urbanas

Tanto os trabalhos sobre a sociabilidade como os sobre a solidão, mostram que é primordial para o indivíduo pertencer a uma rede social e cultivar laços estáveis. Numerosas pesquisas têm mostrado amplamente que as relações interpessoais são particularmente importantes no enfrentamento de situações estressantes (Moser, 1994). A satisfação que a amizade ocasiona é valiosa. Além do suporte social e emocional que a amizade proporciona, ela fornece ajuda e facilita a entrega a atividades comuns (Argyle & Henderson, 1984). Existe uma relação positiva entre o fato de conviver com muitos amigos e conhecidos e o de superar eficazmente períodos de vida estressantes (Arling, 1976); e a interação intensiva com amigos se correlaciona com um nível de bem-estar elevado (Palisi, 1985). Além disso, é nas amizades que repousa essencialmente o sustentáculo afetivo em meio urbano em virtude de um distanciamento mais frequente das famílias (Amato, 1993). Conjuntamente, os urbanos contam menos com o apoio da família. Essas diferenças explicam-se, segundo o autor, pela composição demográfica das grandes cidades e pelo fato de os urbanos viverem mais distantes das respectivas famílias do que os habitantes de pequenas cidades.

A maior parte dos estudos sobre a sociabilidade em meio urbano concentraram-se no contato com pessoas anônimas e estranhas, pondo em evidência um comportamento de retraimento em si, caracterizado pela exclusão de interações com outros (Moser, 1992a). Embora se saiba que os indivíduos travam menos facilmente conhecimentos nas grandes cidades (Sundstrom, 1978; Baum e Paulus, 1987), são poucos os estudos que se debruçaram sobre as relações interpessoais em meio urbano.

7.2.1 Cidades e tecido relacional

Nas grandes metrópoles, os habitantes podem investir numa rede de vizinhança e manter ou não relações fixas na proximidade espacial, junto com relações espacialmente distantes e dispersas. Em outros termos, as redes relacionais dos cidadãos não são monoespaciais, devido à mobilidade social e residencial e à separação entre os lugares de trabalho e residência. Os cidadãos são assim membros de várias redes espacialmente dispersas (redes de colegas de trabalho, de lazer, etc.). Frequentam essas várias redes em função das suas atividades e interesses particulares. Além disso, os deslocamentos diários domicílio/trabalho são particularmente estressantes e restringem o tempo livre disponível. O rápido crescimento demográfico dos grandes aglomerados é acompanhado da diversificação e alongamento dos deslocamentos quotidianos (Ipsos, 1991). A mobilidade geográfica

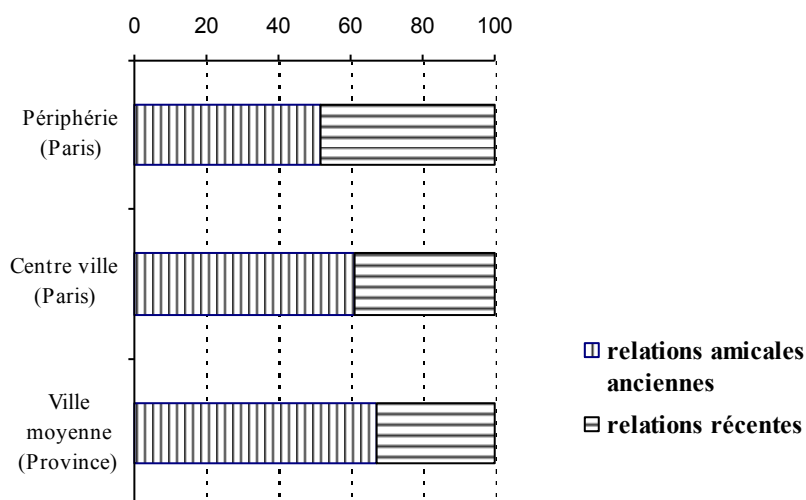
tende a reduzir as oportunidades de práticas racionais, na medida em que não deixa tempo aos indivíduos para estabelecerem relações estáveis e para as manterem. Não é, portanto, de surpreender que muitos habitantes dos grandes aglomerados se queixem da impossibilidade de ter uma vida social satisfatória.

7.2.1.1 Natureza e extensão do tecido relacional

Na medida em que as condições de vida das grandes aglomerações deixam menos tempo à sociabilidade, será possível afirmar que os habitantes dos grandes aglomerados apresentam déficit global de sociabilidade e de relações interpessoais e um empobrecimento dos laços sociais? Um estudo sobre a composição do universo relacional e comportamentos sociais de provincianos, de parisienses e de habitantes da grande periferia de Paris, tentou responder a essas questões (Moser, 1997). Revelou-se à primeira vista que os provincianos mantêm, de forma significativa, mais relações interpessoais estáveis que os que vivem nos subúrbios de Paris (6.8 em média na região parisiense, 8.1, na província; Moser, Legendre & Ratiu, 2003).

No que concerne ao universo relacional, pode-se identificar duas esferas relacionais em função da sua antiguidade e da sua dependência territorial: (1) as relações de longa data e estáveis, resultantes da escola e da família e remontantes à infância e à adolescência; e (2) as relações de vizinhança, as ligadas à vida associativa, e as relações de trabalho, que são mais recentes e fortemente dependentes do território. A repartição entre laços da infância e da adolescência, laços de proximidade e laços de interesses comuns, é apta a diferenciar os urbanos dos rurais, na medida em que a instauração de laços na vizinhança parece ser um recurso, quando outras relações são mais difíceis de manter e conservar. Em outros termos, são as relações territorialmente dependentes no universo relacional que são suscetíveis de diferenciar os urbanos dos rurais. Em consequência da mobilidade, os habitantes de Paris e da região parisiense perdem algumas relações antigas e compensam esse déficit com o estabelecimento de relações dependentes do lugar de residência (cf. Figura 7.1).

Figura 16: Composição do tecido relacional em função do lugar de habitat



Constata-se que, na periferia de Paris, cerca de metade das relações resultam do mundo do trabalho, da frequência da vizinhança ou de associações. Trata-se, no que diz respeito a essa população, de uma rede com base essencialmente no local de moradia dos respondentes e nas relações de trabalho. Em contrapartida, no interior, são as relações de longa data que representam mais de dois terços do total das relações. É assim que se diferenciam os cidadãos dos habitantes das cidades do interior, na composição da sua teia de relações. É só a proporção das relações resultantes do mundo do trabalho, territorialmente dependente portanto, tanto para os do interior como para os moradores da Île de France, que é relativamente estável, qualquer que seja o lugar de residência. Se, na idade adulta (entre os 35 e os 50 anos), a teia da amizade se constitui essencialmente à roda do trabalho e dos lazeres (Fisher, 1982; Fisher & Phillips, 1982), isso dá-se mais com os habitantes de uma grande cidade como Paris, onde o universo relacional é mais frequentemente composto de relações resultantes do mundo do trabalho e da vizinhança (cerca de metade das relações), do que com os do interior (um terço das relações). Os parisienses distinguem-se, além disso, pelo fato de um número significativo de relações ser resultado do mundo associativo. Assistir-se-ia, portanto, no tocante às grandes cidades, a uma ancoragem no bairro habitacional, observável por meio de um número elevado de relações locais.

7.2.2 As formas de sociabilidade nos espaços urbanos

A vida cotidiana nos grandes centros urbanos desenrola-se através de um espaço-tempo fragmentado. Uma provisão temporária relativamente limitada influencia necessariamente as relações sociais, as atividades, a satisfação das necessidades de várias ordens, assim como a posição do indivíduo em relação aos outros. A dinâmica das relações da vida cotidiana expressa-se tanto nos espaços privados e semipúblicos como nos espaços públicos (Moser, 2009a).

Embora o universo relacional das pequenas cidades seja composto de uma única teia multifuncional, caracterizada por normas sociais partilhadas pela existência de fortes coações, uma pressão à conformidade, à pouca privacidade, e que as pessoas se conheçam mutuamente, nas grandes cidades existe numerosas teias relacionais multifuncionais. O estabelecimento de relações interpessoais nas grandes metrópoles está, por consequência, submetido a menos coações, e a falta de conexão entre as teias interpessoais favorece a mobilidade e o estabelecimento das teias circunstanciais. Daí resulta que, nos grandes aglomerados, os cidadãos tenham mais liberdade relacional que nas pequenas cidades.

Mais de três quartos de provincianos se veem pelo menos uma vez por semana, enquanto, em Paris, só dois terços o fazem. Na periferia são ainda menos numerosos os que podem reencontrar-se frequentemente com os seus amigos e conhecidos. E os encontros não são só menos frequentes, são também mais frequentemente planificados de antemão e centrados em atividades específicas. Os encontros com os conhecidos e/ou amigos/amigas na aglomeração parisiense e, no subúrbio, têm lugar mais frequentemente em torno de atividades desportivas ou de lazer. Em Paris e no seu subúrbio, não só há menos encontros informais que no interior, como também as saídas planeadas são menos numerosas. Além disso, mais de um quarto dos encontros se dão por ocasião de reuniões essencialmente associativas. Os modos de

sociabilidade são consequentemente muito diferentes dos modos de encontrar-se nas cidades médias; são singularmente bem pouco espontâneas. É a parte importante do tempo de transporte, de que são vítimas os habitantes da periferia, que restringe claramente não só o tempo disponível para encontrar os conhecidos ou amigos; ela reduz também as possibilidades de encontros informais, obrigando os habitantes dos subúrbios a planejar mais os seus encontros (Moser, 1997; Moser e cols., 2003).

Salvador (2000), num estudo sobre o México, identifica duas formas diversas de relações sociais cotidianas em função dos bairros: abertura ao exterior, ou concentração no habitat. Esta tendência à abertura ou concentração sobre si expressa-se, segundo o autor, por meio de modos de vida nos vários bairros. Os habitantes dos bairros populares tenderiam, no quotidiano, a terem relações sociais informais e contínuas nos espaços exteriores do bairro, tais como a rua, as mercearias e os lugares externos de encontro. Entretanto, entre habitantes dos bairros abastados, a tendência a confinar-se em espaços privados seria preponderante. Pareceria que os habitantes dos bairros abastados preferem manter uma certa distância em relação aos outros, salvo no concernente a relações de participação associativa de caráter formal e a espaços públicos de convívio: cafés, bares, discotecas, centros comerciais. A dinâmica identitária vai então buscar, em cada caso, suportes cotidianos diferentes. Por outro lado, as populações dos bairros abastados dão uma maior importância aos aspetos físicos, que é acompanhada de uma urgência menor para com a comunidade e a rede social. Inversamente, para a população dos bairros populares, há uma necessidade mais forte de se sustentar no interior do bairro a nível identitário, afetivo e de segurança, e também devido às capacidades estratégicas menores e, consequentemente, a uma mobilidade reduzida.

Grafmeyer (1995) distingue três tipos de sociabilidades urbanas: uma sociabilidade organizada ou formal, uma sociabilidade informal que implica um mínimo de regularidade e de duração de trocas, e uma sociabilidade de interações ou contatos. Os quadros em que se travam essas relações, seja qual for a forma, são múltiplos. Somos assim levados a distinguir uma sociabilidade interna, que inclui três graus anteriormente citados, voltada para o lar e as suas redondezas imediatas, de uma sociabilidade externa (Forsé, 1981). Nas grandes metrópoles como Paris, os habitantes desenvolvem, desse modo, relações enraizadas na proximidade espacial, juntamente com relações espacialmente distantes e dispersas. As redes relacionais nos grandes centros urbanos são menos espacialmente limitadas em razão da mobilidade social e residencial crescente dos cidadãos. Além disso, várias redes se podem sobrepor, em virtude da separação dos lugares de trabalho e de residência.

Como é que as duas esferas relacionais características das relações em meio urbano – uma sociabilidade territorialmente enraizada na vizinhança, e uma sociabilidade urbana – se articulam? É na região de Paris que as relações de vizinhança são mais fracas (Héran, 1987). Os habitantes dos grandes conjuntos de aglomerados parisienses são duas vezes mais numerosos que os habitantes das casas individuais do interior, não havendo nenhuma relação com os seus vizinhos. Conjuntamente, constata-se mais relações amigáveis e uma vida mais satisfatória nas pequenas cidades do que nas grandes aglomerações (Oppong, Ironside & Kennedy, 1988). É nas cidades que se encontra o maior número de pessoas que têm um forte sensação de solidão. Mencionar espontaneamente as habitações dos vizinhos é testemunho de uma identificação social no espaço do bairro. Essa menção varia segundo a posição

geográfica do bairro. É em Paris que se indica uma sociabilidade mais próxima, evocando mais habitações de conhecidos e/ou amigos/amigas nos arredores imediatos. Em compensação, na periferia, seja qual for o status do bairro (favorecido ou desfavorecido economicamente), os habitantes mencionam muito menos os lugares habitados pelos conhecidos e/ou de amigos/amigas, nas redondezas imediatas. A sociabilidade revela-se, portanto, geograficamente mais extensa.

No centro da cidade, os habitantes mencionam mais lugares de sociabilidade, tais como bares, restaurantes, etc., do que na periferia. Os casais mais abastados deslocam a sua vida relacional e, provavelmente, desenvolvem estratégias específicas de uso dos espaços, enquanto os habitantes com menos capacidades estratégicas interagem, de preferência, no lugar onde vivem. No México, os lugares de sociabilidade são claramente diferentes entre a Cidade do México e as cidades do interior, como em função da natureza favorecida ou desfavorecida do bairro (Contreras & Moser, 2007). Os habitantes dos bairros desfavorecidos encontram-se, mais da metade deles, na rua e nos lugares públicos. Os lugares de encontro diferem, segundo a cidade, nos bairros favorecidos. Na Cidade do México, as pessoas encontram-se sobretudo nos bares e nos lugares de espetáculos, etc., embora, para os habitantes do bairro favorecido, a esses lugares se acrescenta sobretudo o domicílio de uns e de outros. Na Cidade do México, para a maioria, trata-se de práticas de sociabilidade formalizadas, organizadas e planejadas; em Querétaro, esses funcionamentos parecem menos formais; as pessoas encontram-se igualmente quando passeiam, mas, sobretudo, convidam-se mais frequentemente, o que acontece muito menos em outros locais. Esses funcionamentos são semelhantes aos que se constata na região parisiense (Moser, 1997).

Os habitantes do centro da cidade são também os que mencionam mais amigos na proximidade, coisa que não fazem os habitantes da periferia. O centro de Paris é rico em lugares onde os habitantes têm ocasião de se encontrar e de cultivar a sua sociabilidade. É também nos bairros centrais favorecidos que os habitantes investem socialmente no seu lugar de vida e mencionam espontaneamente vizinhos, amigos ou pessoas próximas do bairro.

7.3 Espaços urbanos e proximidades

Como é que os diversos espaços urbanos, centro da cidade, bairros, proximidades, são percebidos e vivenciados? E como participam no investimento urbano? Além de um conjunto de modalidades do viver coletivo que regulam as relações do sujeito com o seu ambiente físico e com os “outros” que o ocupam, a urbanidade constitui um dos fundamentos do sentimento de pertença a uma comunidade encarnada num lugar, dito de outra maneira, a uma identidade territorialmente definida, tornando-se assim um componente identitário maior. A urbanidade é o resultado de uma cultura urbana característica de cidades relativamente densas e compactas, com uma forte concentração de população e atividades, um quadro de edificação heterogêneo, centros vitais e secundários, assim como vias de comunicação à mesma altura (Fuhrer & Kaiser, 1997).

7.3.1 Estruturas urbanas, investimento e urbanidade

Mobilidade e proximidade são importantes para compreendermos as possibilidades de acesso à urbanidade. As relações quotidianas nos espaços urbanos constituem um elemento fundamental para manter a identidade. A possibilidade de acesso aos espaços em função das capacidades econômicas, culturais e físicas dos diferentes grupos sociais determina, em grande parte, a natureza e qualidade da convivência urbana.

7.3.1.1 A noção de proximidade

A transformação das condições urbanas acarreta modificações na noção de proximidade, fazendo passar de um significado físico a uma noção mais espacial, mais temporal e mais psicológica (Fuhrer & Kaiser, 1997; Lévy & outros, 1998). A proximidade, definida primeiro em base exclusivamente espacial e objetiva, remete cada vez mais a dimensões subjetivas ligadas sobretudo à acessibilidade e à desejabilidade percebidas de cada setor pelos vários setores (Blasco & cols., 1998).

A proximidade, tal como é percebida pelos cidadãos na vida quotidiana da cidade, apresenta um caráter relativo em função do tecido urbano ao qual se refere. Segundo as dimensões urbanas, são duas as situações contrastantes que se esboçam: a dos aglomerados urbanos e a das cidades de tamanho moderado. As zonas de proximidade, objeto de percepção, ampliam-se em função do afastamento do centro de uma unidade urbana. Encontramos a proximidade sob a sua mais restrita acepção, à escala de bairro, em cidades médias. Pelo contrário, nas grandes aglomerações, a proximidade é percebida como uma escala claramente mais extensa. No que diz respeito a Paris, esta é uma cidade que pode representar a envergadura de um distrito ou até mais. O habitante do grande subúrbio percebe como “próximo” uma instalação situada a vinte quilômetros do seu lugar de residência (Bourroche, *in* Benoit e cols., 1993).

As percepções de proximidade são também função das desigualdades de acesso aos espaços da cidade, das posições sociais e dos obstáculos ambientais. Assim, Contreras e outros (2007) identificam uma dinâmica das proximidades urbanas diferenciada em função das categorias sociais dos habitantes e da localização dos espaços. Além das capacidades estratégicas, as percepções e representações contribuem para que um bairro se torne o lugar de projeção identitária independentemente da possibilidade real ou imaginária de acesso a outros espaços da cidade.

O espaço de proximidade tem uma função particular na apropriação da cidade. A ênfase é posta no espaço vivido, na dimensão subjetiva do bairro e nas características físicas e sociais do lugar que permitem ao indivíduo sentir-se em casa (Noschis, 1984). Algumas qualidades ambientais dos arredores imediatos da habitação parecem favorecer relações satisfatórias com o tecido urbano e com a construção do próprio lar. Trata-se tanto de atributos físicos do ambiente, espaços verdes apropriáveis, como das dimensões sociais dele, relações sociais tidas como agradáveis, homogeneidade da população e rede de apoio social (Sheets & Manzer, 1991; Rivlin, 1982; Sixsmith, 1986; Ratiu, 1996). Além disso, é possível distinguir vários tipos de relações simbólicas com esse espaço de proximidade em função da relação do indivíduo com a

cidade: lugar aberto à descoberta da cidade, lugar fechado de caráter protetor, espaço/tempo de escape temporário e mesmo substituto da cidade para as populações cativas (Palmade, 1977). Em determinadas condições, particularmente em alojamento massivo, *“as condições ordinárias de aluguel e a sujeição a um regulamento da casa impõem limites à identificação no domicílio”* (Barbey, 1980, p.114). Nesse caso, certas imagens ligadas a um habitat que escapa ao frenesi do desenvolvimento urbano e à sua ideologia, isto é, imagens de uma casa ideal, são mantidas como suporte do enraizamento afetivo.

7.3.1.2 A mobilidade do local para fora

A proximidade urbana não é só uma questão de distância. A mobilidade em grande escala faz da proximidade uma distância-tempo que depende tanto dos equipamentos disponíveis como da acessibilidade a eles e da opção do indivíduo para usá-los. A mobilidade de “lazer e sociabilidade” corresponde também a uma regulação, por intermédio dos lugares frequentados e das relações com o ambiente físico e social, sendo essenciais três fatores: a autonomia, a segurança (derivada da familiaridade) e da estimulação (Führer & Kaiser, 1993). Hoje, a proximidade como distância-tempo, tornada possível pela evolução dos meios de transporte, mudou de significado, e a mobilidade constitui um dos meios de gestão das proximidades eletivas (colocação à distância/aproximação), em função das características percebidas dos lugares (Lawrence, 1989; Haegel & Lévy, 1998).

A acessibilidade faz-se multiforme, a proximidade multidimensional e, por conseguinte, o investimento na cidade menos dependente das condições locais, exceto para as populações cativas do seu lugar de residência. Se a densidade e a concentração urbanas exigem competências específicas de gestão, da presença permanente de outrem e das relações fortuitas, existe uma solicitação suplementar, ou seja, a capacidade do indivíduo de dominar e conciliar as relações contrastantes com a cidade. O cidadão constrói assim vínculos com a cidade, baseados em várias escalas (local/global) e integrantes de duas dimensões opostas: território e rede (Haegel & Lévy, 1998).

O contexto das aglomerações urbanas e dos bairros provenientes do zoneamento e da especialização unifuncional do tecido urbano têm feito surgir outras modalidades de relações com o urbano, “o reservatório da vida quotidiana” (Benoit & outros, 1993). Nestas condições, a proximidade é totalmente relativa, ampliando-se em função do distanciamento do centro da unidade urbana. Este contexto fez surgir dois modos de funcionamento em face do tecido urbano, um local e um extralocal, o que significa para certas categorias de pessoas o local e o mundial, pois *“... para seus tempos livres e seu trabalho, os cidadãos se deslocam cada vez mais, e cada vez mais longe através do mundo. A cidade acaba por tornar-se, de modo não coincidente, o simples lugar geométrico desses esquarteramentos e dessas mobilidades”* (Burgel, 1993, p. 82).

Alguns estudos de sociologia urbana e de geografia humana (Führer & Kaiser, 1997; Huriot, 1998) mostram a importância da definição das “proximidades urbanas” e da transição do investimento na cidade do tipo monolocal ao do modelo multilocal. Na perspectiva da psicologia ambiental, esses fenômenos correspondem a uma estratégia

de regulação social e identitária (integração/retraimento) pelo viés do investimento em vários lugares dispersos pela cidade, vista como um sistema de lugares de conexões múltiplas (Bonnes & outros, 1990). A rede relacional, a sua locação e a sua frequência (retraimento/expansão), seriam dependentes, entre outras, da envergadura urbana (Moser & outros, 1996; 2002). Contudo, a mobilidade permitiria a quem a pode usar, desenvolver relações complexas e, principalmente, eletivas, com um ambiente urbano, cada vez mais amplo e heterogêneo, e/ou compensar, se necessário, algumas insuficiências percebidas no ambiente residencial. Os urbanos estão prontos a percorrer, por coação mas também por escolha, distâncias cada vez mais longas, e a transpor unidades ambientais mais ou menos distintas para trabalhar, consumir, ver os vizinhos, ter tempos livres ou, simplesmente, encontrarem-se.

A mobilidade e/ou a impossibilidade de encontrar e/ou frequentar um lugar julgado apropriado a um investimento pessoal podem acarretar um desinteresse, uma falta de laços. A mobilidade também pode, por vezes, ocasionar um investimento “multicentrado”. Além disso, a ruptura com o(s) lugar(es) investido(s) conduz à reconstrução da identidade espacial por meio de experiências significativas com outros lugares (Stokols & Shumaker, 1981, 1982).

7.3.2 Centralidades urbanas e enraizamento

A centralidade urbana depende de um arquétipo da cidade. Os cidadãos têm a tendência a avaliar o centro da cidade de sua residência em função desse arquétipo. Assim, eles esperam da centralidade um conjunto de funções (convívio, mistura social, concentração de atividades e comércio...) e uma configuração (densidade do edificado, existência de praças e profundidade de vias) que tenham uma incidência direta sobre o vínculo social (Marchand, 1999; 2002). Do mesmo modo, um espaço denso, tanto do ponto de vista das atividades como do edificado, e que responda às características do centro da cidade tradicional, satisfaz mais às expectativas do que um espaço central moderno, pouco denso, que oferece mais lugar de passagem do que espaços de encontro. O convívio se insere como um conceito central na avaliação que se faz de um centro urbano. Além da satisfação ligada às características socioespaciais de um centro de cidade, Marchand (2001) mostra que essa avaliação está estreitamente ligada à apropriação, em diferentes escalas: o bairro, mas também a cidade. Desse modo, a apropriação do bairro e da cidade está diretamente ligada à satisfação das expectativas relativas à centralidade urbana. Os indivíduos apropriam-se tanto mais do lugar onde vivem e da sua cidade, quanto mais elementos sociais, históricos e práticas satisfatórias encontram no seu centro urbano. Um ambiente que satisfaz e valoriza constituirá a base de uma identificação social positiva e de um enraizamento no espaço urbano. Inversamente, uma avaliação negativa do lugar vai complicar o processo de identificação com a cidade e o processo de enraizamento nela.

A dinâmica das relações com a cidade situa-se entre o enraizamento e a dependência do espaço de proximidade da habitação, num polo, e a extensão espacial do investimento do urbano, no outro (Gaster, 1991; 1995). Ela realiza-se por delimitações e diferenciações dos lugares apropriados. Esse corte incessante tem por objetivo não somente otimizar as relações com a cidade, mas também e sobretudo regular as relações sociais e assegurar o desenvolvimento de uma identidade coerente e positiva

para além das ruas e dos obstáculos ambientais. A extensão espacial, o confinamento, a diferenciação e a complexidade deste sistema de lugares investidos na cidade correspondem a uma prática urbana orientada pelo indivíduo que varia em função das variáveis sociodemográficas e de uma tipologia cultural dos residentes. As diferentes estruturas de práticas nos lugares da cidade e a nível global parecem estar ligadas às várias categorias de residentes e à sua relação com a cidade (Bonnes & outros, 1990). A dimensão social modula tanto a extensão da apropriação do tecido urbano no caso de uma população (de estudantes), em situação de transição (Félonneau, 1997; Moser & Ratiu, 1998; Marchand, 2002), ou de casais em situação de estabilidade (Ratiu, 1996; Marchand, 2002), como a evolução da estruturação da carta mental enquanto “marcador” espacial (Ramadier & Moser, 1998).

A espacialização da identidade estaria então fundamentada no sentimento de proximidade psicológica relativa às características ambientais (físicas e sociais), que se tem da cidade, dos seus lugares centrais e da sua acessibilidade. Destarte, a identidade espacial do indivíduo seria o resultado de uma regulação individual permanente das relações ambientais, tendo por objetivo gerar as proximidades urbanas (afastamento/aproximação; encolhimento/expansão; envolvimento/retração), com o fim de manter o equilíbrio emocional, a coerência e a estima de si (Krupat, 1983; Korpela, 1989).

7.3.3 Identidade urbana – identidade de habitação

A espacialização da identidade tem apoio em conceitos tais como identidade de lugar (*place identity*, Proshansky, 1978; 1983; Sarbin, 1983; Korpela, 1989), identidade urbana e identidade relacionada ao urbano (*urban identity*, *urban related identity*, Lally, 1992), identidade de habitação (*settlement identity*, Feldman, 1990), ligação afetiva à residência (*residential attachment*, Fried, 1982).

Para Feldman (1990), o conceito de identidade urbana corresponde às realidades da sociedade atual em plena mutação que implica na mobilidade dos seus membros. Ela propõe o conceito de identidade de habitação [*settlement identity*] que permite, no plano cognitivo, a categorização desses lugares, embora, no plano afetivo, implique preferências e uma certa sensibilidade para certas categorias de lugares frequentados pelo indivíduo que este pode distinguir e para os quais ele está preparado, no plano cognitivo (escritos, protótipos, quadros situacionais, sociais e materiais). Ao adaptar a definição de identidade do lugar de Proshansky, Feldman explicita que a identidade de habitação se caracteriza por um conjunto de ideias, sentimentos, expectativas, preferências, valores, objetivos conscientes ou inconscientes, assim como por tendências comportamentais e competências que ligam a identidade do indivíduo a um tipo de organização do espaço e que favorecem em seguida as suas relações com o mesmo tipo de ambiente. Os indivíduos com mobilidade em termos de residência, pelo fato de manterem relações com esse tipo de ambiente, estão em condições de manter o caráter previsível das suas experiências ambientais.

Para Proshansky (1983) a identidade de lugar é uma subestrutura da identidade de Si, composta de cognições referentes ao mundo físico em que vive o indivíduo. A ênfase é posta nos valores, nas atitudes, nos sentimentos e nas crenças concernentes ao ambiente. Essas cognições compreendem as lembranças, as ideias, os sentimentos,

as atitudes, os valores, as preferências, as significações e as concepções dos comportamentos e das experiências relativas a ambientes variados e complexos que definem a existência cotidiana de cada indivíduo (Proshansky, 1983, p. 59). A identidade está fundamentalmente ligada à noção de apropriação. Por isso, o alcance teórico desta noção fica frequentemente oculto por um tratamento demasiadamente especializado sob um prisma teórico demasiado estreito. Pol (1994), num artigo de síntese de diversas conceptualizações, sublinha a pertinência e alcance heurísticos do conceito de apropriação, fazendo dele a pedra angular da relação indivíduo/ambiente. Seguindo Canter (1976), ele coloca a ligação entre apropriação e sentido do lugar: o processo de apropriação transforma um espaço neutro em um lugar simbolicamente significativo. Este processo dinâmico baseia-se em dois componentes essenciais: um componente comportamental, a ação sobre o espaço, as transformações, as marcas, etc., e um componente simbólico por meio da identificação do sujeito com o ambiente. A apropriação é assim indissociável da identificação.

A identidade residencial está fortemente associada à história residencial (Fleury-Bahi, 2000). O lugar do indivíduo no espaço físico remete à história residencial do indivíduo, às noções de enraizamento, de afeição, de identificação, de familiaridade, enquanto o lugar do cidadão na cidade remete à posição que ele ocupa num conjunto urbano hierarquizado onde se justapõem setores mais ou menos valorizados. As duas vertentes do “lugar” constituem fundamentalmente o embasamento da identidade topológica (Félonneau, 2003). A identidade topológica é *“a mais ou menos forte propensão a experimentar uma consciência emocional de pertença a respeito de um lugar e dos “outros” que o ocupam, não só em função de disposições e referências pessoais e de pertença grupal, mas também em função de modos coletivos – e culturalmente assinalados – de pensar o ambiente”*.

A identidade social urbana constrói-se indubitavelmente na relação subjetiva que o indivíduo mantém através das suas atividades em meio do tecido urbano. Os laços que urde, desse modo, com a cidade contribuem para a sua diferenciação em relação aos outros habitantes. São dois os processos que operam na construção psicológica das significações inerentes aos diversos níveis da escala urbana. O primeiro corresponde a uma construção individual mediante a experiência direta do ambiente, enquanto o segundo seria antes uma construção social procedente da comunicação social. Os dois aspetos não se excluem e implicam, ambos, na experiência individual. Contudo, a dimensão social parece mais importante para as extensas escalas do contínuo do ambiente urbano, enquanto, ao nível da habitação e da vizinhança próxima, o laço se apoia na experiência pessoal (Lally, 1992).

São certos atributos ambientais e, em particular, as escalas em que se situa o indivíduo, que podem articular a construção da identidade urbana. A categorização do ambiente em diversos níveis da escala urbana inclui: (1) a dimensão territorial (limites percebidos); (2) a dimensão temporal (atributos históricos percebidos e relação temporal com a unidade ambiental); (3) a dimensão comportamental (práticas características); (4) a dimensão psicossocial (estilo de vida e relações sociais); (5) a dimensão social (homogeneidade social percebida; e (6) a dimensão ideológica (valores culturais e sociais) (Pol & outros, 1998; Félonneau, 1999). As diferentes configurações de modalidades dessas dimensões correspondem, segundo os autores, às diversas formas de expressão da identidade social urbana. Trata-se tanto de uma construção individual e social de significações de espaço e de seu corte em unidades

coerentes e da identificação de grupos sociais associados, como de estratégias de diferenciação social através dos investimentos ambientais característicos do ponto de vista social.

A identidade espacial do indivíduo expressa-se nos diversos níveis da escala ambiental: a casa, os entornos imediatos, o bairro, a cidade ou a região (Feldman, 1990; Lally, 1992). Alguns espaços como o café, a discoteca, os espaços desportivos, ou a natureza permitem aos jovens expressar a sua autonomia perante os adultos. Constituem lugares propícios à reflexão sobre si, desempenhando, portanto, um papel na edificação e regulação da sua identidade (Korpela, 1989). Além disso, a identidade espacial, mesmo estando marcada pelas experiências da infância, sofre uma reestruturação em função das experiências significativas ulteriores.

7.4 Diversidade urbana e urbanidade

Perante a extensão de zonas periurbanas homogêneas em detrimento dos centros urbanos que globalmente se despovoam, não estaremos a assistir a uma tendência à desqualificação progressiva de um modelo urbano cosmopolita valorizado pelas suas potencialidades de encontros, trocas e do desconhecido, em proveito de um desejo, cada vez mais agudo, dos cidadãos de estarem exclusivamente entre si num espaço socialmente homogêneo? Se essa tendência já é antiga, ela parece hoje reforçar-se e generalizar-se em novas categorias sociais, especialmente na América Latina.

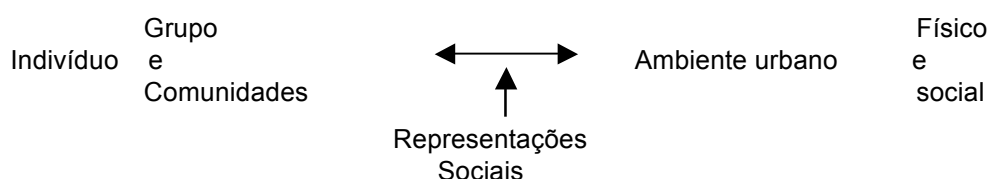
7.4.1 Do cidadão ao cidadão: da coabitação à “convivência”

Nos Estados Unidos da América, existem umas 20.000 “cidades privadas” essencialmente destinadas a populações em busca de segurança. Embora na nossa cultura a própria noção de cidade, espaço público, esteja associada à de democracia, de troca de bens e de ideias de liberdade, alguns agenciadores, valendo-se do sentimento de insegurança, propagam cidades protegidas, social e culturalmente homogêneas. Este fenómeno não é recente (Ghorra-Gobin, 1998). Foi justamente em 1928 que surgiu a primeira destas cidades (ver McKenzie, 1994; Blakely & Snyder, 1997). Mas hoje o movimento adquire maior amplitude. Sob o nome de “Common-Interest Developments” (CID) criam-se, a cada ano, cerca de 5.000 dessas novas entidades urbanas. Já 12% da população estadunidense, isto é, 30 milhões de pessoas, vivem numa dessas 150.000 comunidades e há quem preveja que elas andarão, em 2010, pelos 50 milhões instaladas nas 225.000 CIDs. Algumas dessas comunidades constituem verdadeiras cidades chamadas comunidades protegidas, isto é, condomínios (“Gated communities”). São atualmente 20.000, isto é, 3 milhões de alojamentos, dos quais boa parte na Flórida, na Califórnia e no Arizona. Essas comunidades foram constituídas por e para populações abastadas que queriam isolar-se de um ambiente urbano considerado cada vez mais hostil. Se esses guetos dourados estão abertos às diversas classes da população, a motivação para lá se instalar permanece a mesma: escolher um modo de vida segundo critérios bem precisos, assentados em princípios de exclusão, sendo unicamente aceites os permitidos, por exemplo. Em tais condições, nada impede de pensar que, proximamente, possam surgir nos Estados Unidos comunidades protegidas baseadas em particularidades étnicas ou religiosas. Essas cidades privadas são verdadeiros

espaços urbanos à parte do regime comum e vocacionados, algumas delas, a administrar todos os aspectos da vida quotidiana: escolaridade, polícia, saúde. Trata-se, na realidade, da comercialização de um modo de vida acompanhada de uma ideologia bem precisa (Rifkin, 2000). A cidade privada de *Celebration*, perto de Disneyworld, foi concebida segundo certos princípios de educação, de vida sã e de bem-estar físico e mental (Ross, 1999). *Celebration* foi metodicamente organizada para favorecer o andar a pé, com numerosos serviços por perto, tendo em vista recriar a ambiência das pequenas cidades “onde todo o mundo se saudava”. É também o que tinham em vista os promotores franceses que se propuseram a construir uma cidade cuja disposição urbana favoreceria o andar a pé e de velocípede, cuja arquitetura se inspiraria muito diretamente no contexto local e cujo acesso seria controlado por um administrador. A ênfase posta na segurança e na “cidade convivial” era muito acentuada, acreditando-se que ela correspondia às expectativas dos futuros habitantes. Projetos assim não só vão ao encontro da mescla social enaltecida no quadro da solidariedade urbana, mas sobretudo desdenham da declaração final da Assembleia Mundial das Cidades e Autoridades Locais (Habitat II, Istambul, 30-31, maio 1996). Ela afirma que: *“A cidade, como lugar fundamental de interações e intercâmbios sociais, deve ser reconhecida como instituição humana axial, em torno e no seio da qual se vai jogar, cada vez mais, o crescimento e o desenvolvimento duráveis, o bem-estar e a coesão social da maioria das populações, a capacidade de adaptação e de inovação técnica, social, cultural e política, a invenção do nosso futuro e uma visão renovada do progresso da humanidade e do devir das nossas civilizações”*. Já o “relatório Brundtland”, ao definir o desenvolvimento durável como um “desenvolvimento suscetível de satisfazer às necessidades da geração atual, sem comprometer as possibilidades de as gerações futuras satisfazerem as suas” (Brundtland, 1987) pôs em evidência a qualidade de vida e o “bem-estar” do indivíduo. O bem-estar, tal como é definido pela organização mundial da saúde (WHO, 1997) inclui a relação com o lugar de vida e se caracteriza então em termos de congruência indivíduo-ambiente, condição essencial da cidadania. Dois aspetos da relação indivíduo-ambiente, estreitamente unidos, são particularmente importantes para o bem-estar do indivíduo: (1) a apropriação do lugar onde vive, fixação territorial; e (2) as relações pessoais que ele pôde ali urdir. Na verdade, as relações com outros se desenvolvem pela coabitação no universo do bairro, constituindo, dessa maneira, a base de uma convivência no seio do tecido urbano.

A relação com o urbano não pode ser analisada sem levar em conta o fato de que o indivíduo pertence ou faz parte de um (ou vários) grupo(s) ou comunidade(s) mais ou menos estruturadas e que a sua relação com o urbano não pode ser compreendida senão por meio das suas percepções e representações sociais dos territórios urbanos, percepções e representações que são indissociáveis dos grupos e/ou comunidades que os compõem. É possível, assim, precisar os aspetos que hão de ser levados em conta, quando se embarca numa psicologia ambiental do urbano (cf. Figura 7.2).

Figura 7.2: Psicologia ambiental do urbano



Em outras palavras, uma psicologia ambiental do urbano não deve esquecer que o indivíduo faz parte de grupos ou comunidades através dos quais percebe e concebe a cidade em suas dimensões tanto físicas como sociais. Se quisermos compreender as relações do indivíduo com a cidade, é necessário conhecer as representações sociais que o indivíduo elaborou dos territórios urbanos e dos seus povoamentos.

7.4.2 Ancoragem e cidadania urbana

Se a fixação territorial não suscita problemas específicos nas aldeias e nas pequenas cidades, na medida em que se insere numa certa continuidade, ela assume, em contraposição, uma importância capital no seio das grandes metrópoles que se desenvolveram no decorrer do século passado. O fato de o indivíduo se sentir em sua casa e de poder se apropriar do lugar onde vive, é condição necessária para o bem-estar individual e social. O desenvolvimento da apropriação espacial e da fixação local é um processo progressivo que precisa de tempo e da existência de projetos do indivíduo. A apropriação é acompanhada de encontros e interações com outros habitantes do território em questão. O processo de apropriação transforma um espaço vazio num lugar simbolicamente significativo, desde o momento em que o indivíduo se identifica com ele.

A cidade não é uma entidade, mas uma sobreposição de entidades espaciais e sociais diversas e os cidadãos investem, não no ambiente urbano em sua totalidade, mas num ambiente de proximidade por relação com seu habitat, que se torna assim o centro da sua ancoragem ambiental, permitindo-lhe forjar uma identidade. Assiste-se assim, desde então, no ambiente urbano, a uma multidão de identidades territoriais diversas que se entrecruzam e se sobrepõem, não levando necessariamente à expressão de uma identidade urbana. Nas grandes metrópoles, cada um vive à sua maneira.

Sentir-se “em sua casa” traz consigo uma representação mais extensa do *home range*, uma familiaridade com lugares mais distantes e, frequentemente, também a expressão de uma identidade urbana. Inversamente, um retraimento sobre si é acompanhado de uma busca de bem-estar num universo mais restrito, com menos relações sociais de vizinhança e uma identidade que reflete uma nostalgia do passado residencial (Lévy-Leboyer & Ratiu, 1993), situando-se noutro lugar. Apropriar-se do ambiente da sua residência traz consigo um sentimento de segurança acompanhado de uma certa familiaridade e de comportamentos de solidariedade local, fenômeno desde há muito tempo posto em evidência na América Latina por estudos sobre a dinâmica das comunidades de bairro: Wiesenfeld & Sanchez (1991), no que se refere à Venezuela, e Reid & Aguiar (1991), no referente ao México. Estamos, portanto, essencialmente, perante uma pesquisa de congruência através do modo de vida e das relações interpessoais, com o acesso a uma identidade ambiental positiva, por intermédio de uma ancoragem local. A satisfação residencial está associada às condições sociais do bairro, ao meio social, à relação com os demais e à atmosfera social, bem como aos elementos de segurança que estão representados.

A gente pode sentir-se “em sua casa” de muitas maneiras diferentes. As apropriações dos cidadãos são diferentes em razão das diversas necessidades dos habitantes e do ciclo de vida em que se encontram. Além disso, no plano das relações sociais e interpessoais, presenciamos socializações múltiplas. A cidade não degrada as

relações sociais; favorece uma organização diversa do universo relacional, pelo menos para aqueles, imigrados do interior ou exterior, para quem o enraizamento é mais recente. Enquanto no interior a trama relacional do indivíduo é reflexo da estabilidade residencial, em Paris, ela é função da duração da residência e forma-se, por um lado, na vizinhança, e, por outro, na esfera do trabalho.

Prezza e Constantini (1998) mostraram que o tamanho de uma cidade está em relação com o significado da pertença a uma comunidade: nas grandes cidades e aglomerações, as relações e trocas estão mais baseadas em critérios de semelhança (interesses, valores, crenças) do que em proximidades físicas ou territoriais. Os autores sublinham, partindo dos resultados de uma pesquisa efetuada em diversas cidades da Itália, que a relação entre o sentimento de comunidade baseada num território e a satisfação de vida é mais elevada nas aldeias do que nas grandes cidades ou aglomerações, e que não existe relação entre sentimento de comunidade em bases territoriais e a satisfação de vida nas grandes cidades.

7.4.3 Gestão da diversidade urbana e urbanidade

As metrópoles de hoje agrupam uma população heterogênea e caracterizam-se pela justaposição de diversidades culturais, religiosas, étnicas, econômicas e sociais (Moser, 1998). Se essas diferenças culturais se revelam através de um sentimento de pertença grupal, elas se expressam também por identificações territoriais urbanas: muitas vezes os indivíduos se agrupam espontaneamente ou são agrupados no contexto do tecido urbano, em função das suas afinidades sociais, culturais e econômicas, formando bairros mais ou menos homogêneos que tendem a singularizar-se e a demarcar-se da comunidade urbana em seu conjunto.

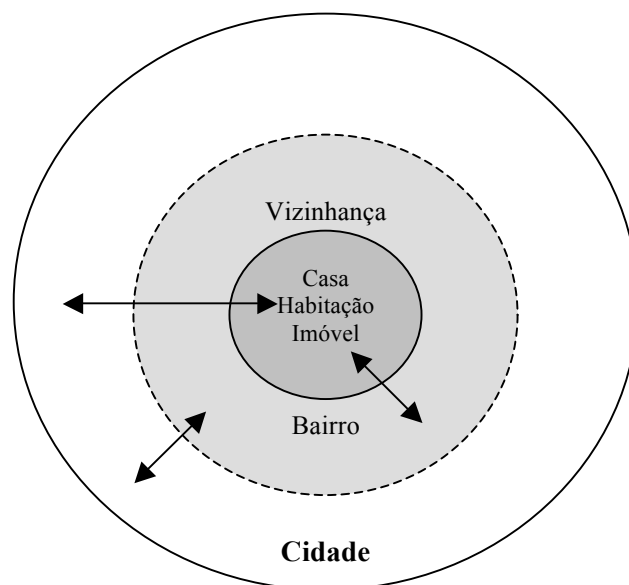
Longe de favorecer o concentrar-se em si, como comumente se supõe, a heterogeneidade da população é bem aceita na França. De fato, constata-se que os residentes da Île de France têm uma nitidíssima preferência pela mistura social e cultural. Uma preferência que não varia, nem em função da capacidade estratégica, nem da posição geográfica, nem do bairro (Marchand e outros, 2003). Destarte, tanto os parisienses quanto os habitantes do subúrbio rejeitam a ideia de uma homogeneidade de idade, de tipo de educação, de pertença a uma mesma cultura e mesma religião, que tenham situações sociais e modos de vida semelhantes, um mesmo ritmo de vida e um tamanho comparável de família. Além disso, eles julgam, em sua maioria, que “uma vizinhança composta de gente muito diferente pode ser sumamente enriquecedora” e que “o respeito pelos modos de vida diferentes é essencial”. Isto mostra bem que, na França, as condições de uma coabitação à escala do bairro são absolutamente aceitas, o que constitui uma condição necessária na convivência urbana, pela descoberta e aceitação do outro.

A gestão socioambiental da diversidade urbana consiste não só em favorecer a coexistência entre diferentes culturas e em encorajar um desenvolvimento harmonioso de todas as minorias, mas também em assegurar uma distribuição equitativa e justa dos serviços, fornecendo às diversas comunidades a infraestrutura de que elas precisam. Só uma boa colaboração entre habitantes e autoridades e uma participação na tomada de decisões favorecem o sentimento de pertença a uma mesma comunidade urbana. Trata-se de promover e consolidar dois aspectos complementares

que são a expressão pública da diferença e o seu necessário reconhecimento, por um lado, e, por outro, a construção de um destino comum mediante o sentimento de pertença à comunidade urbana (Moser & Rouquette, 2002). Estes objetos carecem de uma intervenção conjugada em quatro pontos: (1) Instalar infraestruturas eficazes e garantir um acesso equitativo aos diversos serviços urbanos (saúde, transporte, energia, água, descarte, etc.), fazendo-o de sorte que tais serviços possam ser claramente identificados como um bem comum e como contributo para o bem-estar de todos. (2) Identificar as necessidades, as expectativas e aspirações de todos os componentes da população urbana, manter um contato regular com as várias comunidades (e/ou seus representantes) que compõem a população metropolitana, e associá-las a todas as etapas de implantação e/ou melhoramento dos serviços e infraestruturas. (3) Desenvolver a comunicação entre a municipalidade e os administrados e instalar um sistema de diálogo e de troca de informação municipal que seja regular e facilmente acessível a todos. (4) Levar em conta e favorecer a expressão das singularidades culturais por meio do sistema educativo, a mídia e as atividades culturais públicas, e favorecer o conhecimento mútuo entre as diversas comunidades, promovendo os encontros interculturais, especialmente nos domínios desportivo e artístico. Estes princípios não tomam o seu significado global nem são eficazes senão mutuamente articulados. Permitindo a expressão de uma diferença ao mesmo tempo que o sentimento de pertença a uma comunidade urbana, eles favorecem uma dupla identificação, “identitária cultural”, de um lado, e “transversal metropolitana”, do outro.

Se para o habitante das nossas grandes cidades, a identificação com o bairro não parece criar problemas particulares por tanto tempo quanto a residência lhe permite, a identificação urbana ou urbanidade cria problemas. A relação com a cidade global, o sentimento de pertença urbana, consiste em ir além da apropriação a nível da habitação e do bairro, investindo na cidade (cf. Figura 7.3).

Figura 7.3: Da habitação à cidadania: extensão e apropriação



A apropriação da cidade só se pode realizar, se as condições ambientais permitem ao indivíduo identificar-se com a comunidade urbana em sua totalidade. O espaço urbano

não deve ser sinônimo de insegurança. Em outros termos, trata-se de passar da coabitação ao nível do bairro e da vizinhança, à convivência urbana, à apropriação da cidade global. Esta apropriação deve necessariamente passar também pela vida concreta do urbano, ou seja, frequentar o tecido urbano em sua totalidade, especialmente mediante relações sociais e interpessoais dispersas pelo tecido urbano. Para Proshansky, (1978), os habitantes das grandes cidades desenvolvem capacidades de apropriação e mobilidade que lhes permitem tirar proveito da vida urbana. Em outros termos, a convivência urbana faz parte das competências adquiridas pelos habitantes das grandes cidades, que, com isso, se tornam capazes de agir de maneira ativa e criativa em relação aos espaços urbanos. O sentimento de “fazer parte da cidade” é resultado das possibilidades reais ou imaginárias de alcançar a totalidade desses espaços.

Nas cidades, as demarcações subjetivas surgem, com frequência, de uma necessidade de segurança e proteção; são os problemas de insegurança que, antes de tudo, corroem a convivência. Na realidade, constata-se que, em cidades reputadas por inseguras como México, a dialética bairro/cidade se expressa em termos de segurança/insegurança. A cidade é fundamentalmente insegura, o bairro não o é, não importando que se trate de um bairro rico ou pobre, central ou periférico. Resulta que numerosos habitantes de México, sejam ricos, sejam pobres, se limitam a frequentar o seu bairro, não frequentando ou frequentando pouco a cidade (Contreras, 2004). Outras pesquisas (Aguilar, 2002) constataam que, quando se questiona sobre os locais que os habitantes de México mais amam nos seus bairros, o primeiro aspecto que ressalta é a falta de referências à qualidade física do seu ambiente. Eles fazem referência, antes de mais nada, à insegurança e à violência como problemas principais, depois, à presença ou não dos serviços públicos. Tais situações agravam fortemente o desenvolvimento harmonioso e durável da cidade.

Resumo

As sociabilidades urbanas se caracterizam pela existência de muitas redes, a importância das relações de vizinhança e de trabalho e o número relativamente elevado de reencontro programados.

As estruturas urbanas condicionam o investimento e a proximidade habitacional em função de sua posição em relação ao centro da cidade. Na grandes metrópoles a mobilidade permite uma acessibilidade uniforme. Isso implica que o investimento da cidade é menos dependente das condições locais, salvo pelas populações cativas ao seu lugar de residência. A dinâmica dos relacionamentos na cidade se situa entre a âncora e a dependência de um espaço de proximidade com a habitação por um lado, e da extensão espacial de investimento no urbano de outro.

A cidadania urbana consiste em uma extensão e apropriação do bairro à cidade como uma entidade. A apropriação da cidade não pode contudo se fazer senão se as condições ambientais permitem ao indivíduo se identificar com a comunidade urbana em sua totalidade. A superposição de múltiplas identidades espaciais e sociais diferentes que se entrecruzam, não conduz necessariamente à expressão de uma identidade urbana.

Palavras-chave

Sociabilidade urbana

Rede

Relações de vizinhança

Proximidade

Ancoragem

Investimento urbano

Coletividade urbana

Cidadania

Identidade urbana

Questões

1. Em que medida o espaço urbano condiciona a natureza das relações interpessoais?
2. Qual é a característica particular da sociabilidade no meio urbano e a que ela se deve?
3. De que maneira as estruturas urbanas e a localização do indivíduo no espaço urbano condicionam as relações pessoais?
4. Descrição e avaliação da cidade, qual o interesse?
5. A presença de serviços e de infraestruturas são suficientes para tornar um espaço urbano atrativo?
6. O que representa o centro da cidade e que papel ele joga?
7. Quais as condições de uma identidade urbana?
8. Como se pode definir a cidadania urbana?

